

Notícias Bancárias

SINDICATO DOS
abc
BANCÁRIOS - CUT

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contraf/CUT

Acesse a página do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

ANO XVI Nº 713 - NOVEMBRO DE 2010



Banco PanAmericano

**ONDE HÁ
FUMAÇA
HÁ FOGO**

Pan Americano

Um caso cercado de fraude, influência e operações obscuras

Página 3

Segurança

Vigilantes de Minas aprovam pauta da campanha salarial de 2011

Categoria quer ganho real, adicional de risco de vida de 30%, reajuste no tíquete refeição e PLR

No último dia 9, os 15 mil vigilantes de Minas Gerais iniciaram a campanha salarial de 2011 com uma assembleia geral na sede do Sindicato da categoria, em Belo Horizonte. Na ocasião a categoria aprovou a pauta de reivindicações, que vai ser entregue aos patrões na sexta-feira (12). A data base dos vigilantes é 1º de janeiro.

Com expectativa de que, desta vez, a categoria garanta mais conquistas, as principais reivindicações são: reajuste de 15%, com ganho real de 5%, mais produtividade de 5%, o que elevaria o salário base para R\$ 1.162; a concessão de 30 tíquetes refeição mensais no valor de R\$ 12; adicional de risco de vida de 30%; pagamento integral do plano de saúde também para os dependentes (atualmente, as empresas só pagam para os empregados); cesta básica de R\$ 300 – hoje a categoria recebe R\$ 68; PLR no valor da remuneração do empregado (uma espécie de 14º salário) e jornada diária de seis horas.

Após três meses de negociação, o Sindicato dos Vigilantes e a categoria conquistaram em 2010 o reajuste baseado no INPC, 3% de adicional de risco de vida e extensão do tíquete refeição para todos os trabalhadores. Mas, segundo os dirigentes do Sindicato da região, o valor do tíquete está muito defasado, apenas R\$ 5,20. Para uma alimentação adequada, o tíquete teria que ser no mínimo de R\$ 8.

As principais bandeiras, desta vez, são o ganho real, o aumento do valor do tíquete e do adicional de risco de vida. Mas, a redução da jornada também é muito importante, pois acabaria com os turnos de 12 horas, por 36 horas de descanso, e geraria mais empregos.

Com informações da CUT-MG

Itaú

Bancário usado como refém em assalto ganha indenização

TST condenou a empresa a pagar 100 mil por danos morais

O Banco Itaú deverá pagar indenização por danos morais a um ex-funcionário usado como refém em assalto à instituição. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e condenou a empresa a pagar uma indenização de R\$ 100 mil.

O trabalhador, ao sair de sua residência em direção ao Itaú, foi abordado por criminosos que tinham conhecimento de sua condição de bancário. Enquanto a sua família era mantida como refém em cativeiro, os criminosos obrigaram o bancário a dirigir-se à agência, onde efetuaram o assalto.

Devido ao trauma psicológico decorrente desse fato e por conta de constantes ameaças, o bancário e sua família tiveram que mudar de domicílio. Não bastasse isso, o bancário disse que, após o evento, o gerente da agência acusou-o de forma injusta, com a seguinte frase: “se cuida, porque você entregou o dinheiro aos criminosos”.

Diante disso, o bancário, após sua dispensa, propôs ação trabalhista contra o Itaú, requerendo uma reparação por danos morais.



O trabalhador alegou culpa do banco por não lhe ter oferecido condições de segurança, já que o alvo dos criminosos teria sido a instituição e não ele, o trabalhador.

O pedido do bancário foi indeferido. O juiz entendeu que o banco não deu causa ao evento e prestou assistência necessária após o mesmo, o que afastava a responsabilidade da instituição.

O trabalhador recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), alegando a responsabilidade objetiva da empresa no assalto, com base no artigo 927 do Código Civil de 2002. O TRT, entretanto, discordou do bancário e manteve a sentença que indeferiu a indenização. Inconformado, o bancário interpôs recurso de revista ao TST, alegando que o Itaú

não comprovou ter tomado todas as medidas de segurança necessárias.

O relator do recurso na Sexta Turma do TST, ministro Augusto César Leite de Carvalho, deu razão ao bancário e condenou a empresa a pagar uma reparação no valor de R\$ 100 mil.

Segundo o ministro, o artigo 4º da Lei nº 7.102/83 atribuiu ao banco a responsabilidade pela segurança dos empregados e usuários da agência, estabelecendo que o transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufir, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos bancos, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição.

Segundo o ministro, existiu sim culpa do banco, pois o sistema de segurança mostrou-se falho, ao permitir que o trabalhador, na condição de refém, entrasse na agência, acompanhado por assaltante e lhe entregasse dinheiro. Além disso, ressaltou o relator, não fosse o trabalhador empregado do banco, não teria sofrido a situação vexatória à qual foi submetido.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

Jurídico

HSBC é condenado por forçar funcionário a vender férias

Empresa não autorizava empregado a ficar mais de 20 dias afastado

Um ex-empregado do HSBC Seguros Brasil S.A. provou na Justiça do Trabalho que era forçado pela instituição financeira a vender um terço de suas férias.

O funcionário alegou que suas férias eram concedidas em regime de abono pecuniário, ou seja, 20 dias de descanso e 10 de trabalho, por deci-

são unilateral da empresa.

No primeiro julgamento do caso, a Vara do Trabalho deu parecer favorável ao HSBC Seguros Brasil S.A.

No entanto, a decisão foi revertida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), que condenou a empresa a pagar os dez dias referentes aos

períodos de 200/2001, 2001/2002 e 2003/2004.

Para reverter a condenação, o HSBC interpôs um recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que foi rejeitado pelos ministros da Sexta Turma, o que valida a sentença favorável ao ex-funcionário.

PanAmericano

Banco não cogita demissões

Em reunião, empresa diz estar disposta a manter um canal transparente com o Sindicato

Em reunião realizada no dia 12 de novembro com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, a direção do banco PanAmericano explicou que está fazendo os aportes necessários e que manterá um canal de negociação transparente com o Sindicato. No momento a empresa não cogita demissões e também informou que não está em andamento nenhum processo de venda da instituição.

“Neste momento difícil e turbulento, vamos continuar acompanhando a situação dos funcionários do banco PanAmericano. Neste caso, a nossa luta deve se concentrar na defesa dos empregos dos trabalhadores financeiros da instituição em questão”, analisa Maria Rita Serrano, presidente do Sindicato dos Bancários do ABC.

Fato

Técnicos do Banco Central encontraram há pouco mais de sete semanas uma fraude contábil no banco PanAmericano de R\$ 2,5 bilhões, que quase o levou à falência. O problema foi detectado quando eram analisadas operações de crédito vendidas pela financeira do Grupo Silvio Santos aos grandes bancos de varejo. Na análise feita pelo BC, foi constatado que estas institui-



ções haviam adquirido operações do Panamericano em número menor que o declarado pela financeira do empresário Silvio Santos.

Rombo

Com o Grupo Silvio Santos como acionista principal, o banco PanAmericano recorreu ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para cobrir um rombo da empresa deixados pela fraude ocorrida no banco. O banco foi socorrido com o empréstimo de emergên-

cia de R\$ 2,5 bilhões e submergiu a captação de recursos dos bancos de pequeno porte.

FCG

O Fundo Garantidor de Crédito é uma entidade privada constituída por todos os bancos que operam no Brasil e que garantem depósitos de clientes nas instituições financeiras em caso de problema nos bancos.

Garantia

Na operação de empréstimo

foram oferecidos como garantia bens do patrimônio empresarial do Grupo Silvio Santos, que inclui 34 companhias, entre as quais o canal de televisão SBT, o Baú da Felicidade, a fábrica de cosméticos Jequití e o hotel Jequitimar, no litoral de São Paulo. O Grupo terá dez anos para pagar o empréstimo, que só começará a ser quitado daqui a três anos.

O SBT não

Segundo entrevistas concedidas para a grande imprensa, o apresentador Silvio Santos disse que não descarta a possibilidade de vender suas empresas para quitar a dívida, mas que vai fazer de tudo para não vender o SBT.

Transparência para evitar fraudes

Após o escândalo, as maiores instituições financeiras, antes mesmo da possível regulação do Banco Central, decidiram criar uma central para fazer o registro de carteiras de crédito comercializadas em diferentes bancos.

Desta forma acreditam que tais medidas possam aumentar a transparência inviabilizando fraudes envolvendo as transações, como teria ocorrido com o PanAmericano.

Conquistas

BB finalmente disponibiliza plano odontológico

Implantação do benefício ocorre após parceria com a OdontoPrev

O Banco do Brasil disponibilizou, na última sexta-feira (19), o plano odontológico para seus funcionários e familiares, após pressão da Comissão de Empresa dos Empregados e Trabalhadores.

O plano, chamado BB Dental, é composto de três segmentos: o BB Dental Econômico, BB Dental Executivo e BB Dental Supremo. Todos os

funcionários e seus dependentes foram cadastrados no BB Dental Econômico, sem custo.

“Essa conquista foi uma reivindicação dos funcionários, e o banco já deveria ter implantado o plano odontológico há anos. Essa luta é antiga”, ressalta o diretor do Sindicato dos Bancários do ABC Otoni Pedro de Lima.

A implantação ocorreu após a

concretização de uma parceria com a OdontoPrev, por meio da qual foi criada uma nova empresa com participação de 75% da BB Seguros e de 25% da OdontoPrev.

Banco Mercantil do Brasil

Terminou na última sexta-feira (19) o prazo para os funcionários do Banco Mercantil do Brasil solicitarem a adesão ao

recém-criado plano odontológico da instituição.

Esta foi mais uma conquista dos trabalhadores, alcançada com muita luta e união da categoria.

Os funcionários podem conferir informações como rede credenciada e cobertura do plano através do link www.odontoprev.com.br/implantacao/mercantil.

20 de novembro

ABC comemora Dia Nacional da Consciência Negra em SBC

A população contou com serviços gratuitos realizados pela CUT Cidadã



Em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, sábado (20), em São Bernardo do Campo, mais de 300 pessoas se uniram numa caminhada simbólica da Praça Lauro Gomes até a igreja Matriz da cidade.

O ato contou ainda com mães e pais de santos, realizando rituais de fé da cultura afro-descendente. Além da entoação de cânticos e danças ao ritmo de berimbaus, atabaques e pandeiro, a cerimônia destacou a importância do incentivo à tolerância religiosa, ou seja, do direito ao culto de todas as religiões do Brasil, sem distinção de raça ou classe social.

Várias lideranças sociais, políticas, religiosas e comunitárias estiveram presentes ao evento, para reafirmar o compromisso na construção de uma sociedade mais igualitária e sem nenhum tipo de preconceito.

“Gostaria de destacar a luta de todos os movimentos sociais para que possamos fazer deste dia e

desta luta políticas afirmativas, para realmente incluirmos em todas as esferas, o povo afro. Além de combater ao mesmo tempo toda e qualquer forma de discriminação e preconceito”, ressaltou Otoni de Lima, diretor do Sindicato e coordenador de políticas sociais da CUT/ABC.

CUT Cidadã

A atividade contou com a CUT Cidadã, que realizou serviços gratuitos de podologia; medição da pressão arterial; emissão da 1ª via da carteira de identidade e carteira de trabalho; massagem; além de estética afro-brasileira como: penteados, limpeza de pele, corte de cabelo e desfile de beleza.



Banespa

Ato público lembra os 10 anos da privatização do Banespa

AAfubesp e entidades sindicais promovem na última sexta-feira (19), em frente ao edifício-sede do Banespa, no centro de São Paulo, um ato de protesto pelos 10 anos da privatização do Banespa. O ato teve como objetivo lembrar a luta e denunciar aqueles que entregaram o patrimônio do Estado de São Paulo aos espanhóis.

História – No dia 20 de novembro de 2000, ocorria nas páginas da histó-

ria do sistema financeiro, um triste episódio no Estado de São Paulo. Neste dia foi oficializada a privatização do Banespa (Banco do Estado de São Paulo), na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Federalizado pelo governo de Mario Covas e Geraldo Alckmin, o banco foi vendido por Fernando Henrique Cardoso ao banco espanhol Santander, naquela época, José Serra era ministro do Planejamento. As entidades sindicais e

a Afubesp resistiram bravamente ao longo de quase seis anos, promovendo fortes mobilizações dos banespianos e da sociedade.

Mobilizações - Os bancários tinham feito um movimento de resistência, desde a intervenção do Banco Central, no final de 1994. Os sindicatos e a Afubesp conquistaram várias liminares e decisões judiciais, ganhando apoio na sociedade e forçando sucessivos adiamentos do leilão. Mas, a privatização foi inevitável. A venda ocorreu após o governo FHC ter baixado uma medida provisória, conhecida como MP do Banespa, que remetia qualquer recurso para a apreciação

direta do presidente do STF, ministro Carlos Veloso.

A luta não acabou com a privatização - Os banespianos continuaram lutando em defesa dos empregos e direitos, garantindo estabilidade no emprego por alguns anos e aposentadoria para milhares de funcionários. Também foi assegurada a manutenção do fundo de previdência (Banesprev) e da caixa de assistência à saúde (Cabesp), pois o edital de privatização previa o patrocínio do banco somente por 18 meses e 60 meses, respectivamente.

Da redação com informações da Contraf-CUT